



Elekeiroz S.A. | CNPJ/MF nº 13.788.120/0001-47



Mensagem da Administração

Durante o exercício de 2025, o setor petroquímico global seguiu desafiado por um ambiente de elevada volatilidade, marcado pelo aumento dos custos de fretes marítimos e por impactos decorrentes de conflitos geopolíticos que afetaram o fluxo comercial internacional e a formação de preços, especialmente nos mercados asiáticos. Também se destacou a oscilação do dólar norte americano, principal indexador das commodities utilizadas na indústria petroquímica que variou de forma negativa afetando os resultados da Companhia. Esse cenário, embora desafiador, também gerou oportunidades para a Companhia. A redução do volume de produtos importados contribuiu para o fortalecimento da competitividade da indústria nacional, ao passo que o aumento das alíquotas de importação para determinados itens estratégicos ofereceu uma camada adicional de proteção em um contexto de competição intensa e, em alguns casos, predatória. No mercado interno, o desempenho positivo de segmentos relevantes, como a construção civil apoiou a demanda por produtos da Companhia e contribuiu para a sustentação dos resultados ao longo do ano. Por outro lado, a manutenção das taxas de juros em patamares elevados e a maior seletividade no acesso ao crédito exigiram atenção constante da Administração, reforçando a importância de decisões estratégicas prudentes e da disciplina na gestão financeira. Ao longo de 2025, a Companhia manteve seu foco na eficiência operacional, na sustentabilidade e no fortalecimento de sua estrutura organizacional, destacando-se os avanços nas iniciativas de eficiência energética. O fortalecimento dos sistemas informatizados contribuiu para ganhos de agilidade, confiabilidade e controle nas operações, enquanto a integração logística resultou em otimizações importantes na cadeia de suprimentos. Paralelamente, o lançamento de novos produtos permitiu a ampliação do portfólio e a diversificação das fontes de receita, reforçando a capacidade da Companhia de atender às demandas de seus clientes e de se adaptar às dinâmicas do mercado. Essas iniciativas refletem o compromisso da Companhia com a condução responsável de seus negócios, o fortalecimento de sua posição competitiva e a criação de bases sólidas para a sustentabilidade e continuidade de suas operações no longo prazo. Os destaques financeiros e operacionais são apresentados a seguir: A receita líquida de vendas da Companhia se manteve em linha em relação ao exercício anterior, sendo R\$ 1.892.145 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.771.225 em 31 de dezembro de 2024). Em relação a quantidade comercializada, ocorreu redução de 2% em relação ao exercício anterior, sendo 412.202 Toneladas em 31 de dezembro de 2025 (418.902 Toneladas em 31 de dezembro de 2024), ocasionado

pelos paradas programadas das unidades de Sulfúrico, Ftálico e Maleico. O EBITDA teve redução de 2% em relação ao exercício anterior, sendo o total em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 155.963 (R\$ 159.595 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia realizou diversos investimentos durante o exercício de 2025 com destaque para: **Duplicação da Linha C** – Realizado na planta de Várzea Paulista – SP, onde foram incorridos desembolsos no ordem de R\$ 2.691 na ampliação da unidade de plastificantes com a construção de um novo reator, cujo objetivo é o aumento de capacidade produtiva na linha verde (vegetais), estimado em 10,5 quilotoneladas. Este projeto tem conclusão prevista para o 2º semestre de 2026. **Reforma de galerias de águas pluviais** – Realizado na planta de Várzea Paulista – SP, onde foram incorridos desembolsos no ordem de R\$ 2.033 referentes ao projeto de reforma parcial das galerias pluviais. Este projeto teve como objetivo a substituição dos dutos de concreto das unidades de ácido sulfúrico e ftálico por tubulação de Polietileno de Alta Densidade ("PEAD"). **Projeto Atacama** – Realizado na planta de Várzea Paulista – SP, onde foram incorridos desembolsos no ordem de R\$ 1.613 referentes a instalação de captação de correntes orgânicas com objetivo de eliminar correntes fugitivas efluentes para o canal lateral da planta reduzindo eventuais impactos ambientais. **Projeto Sistema de Osmose** – O projeto de instalação de sistema de osmose reversa, em que foram incorridos desembolsos no ordem de R\$ 1.229 teve como objetivo o aumento da disponibilidade e produção de água desmineralizada da planta de Várzea Paulista – SP. A Companhia faz parte da holding Dofra Participações Ltda., a qual detém 100% de participação. A Administração agradece aos sócios pela confiança depositada na Companhia, aos colaboradores, clientes e fornecedores, pela dedicação e competência essenciais para o alcance dos resultados no exercício. **Desempenho financeiro:** O EBITDA ajustado recorrente da Elekeiroz é apresentado a seguir:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-------------------------------|------------|------------|
| Prejuízo do exercício | (31.911) | (22.510) |
| Depreciações e amortizações | 57.102 | 60.638 |
| Resultado financeiro, líquido | 165.038 | 102.626 |

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|----------------|----------------|
| Imposto de renda e contribuição social | (10.878) | (572) |
| LAJIDA (a) (EBITDA) | 179.351 | 140.182 |
| Itens que não compõe o desempenho orgânico: | | |
| (-) Venda de créditos tributários (b) | - | (16.074) |
| (-) Acordos com antigos controladores (c) | (1.057) | 32.020 |
| (-) Habilitação de crédito tributário (d) | (4.867) | (1.065) |
| (+) Alienação / (-) Cessão de investimentos (e) | (8.151) | 4.532 |
| (+) Provisão impairment – Maleico (f) | 9.650 | - |
| (-) Reversão impairment – Alcoois (f) | (18.963) | - |
| LAJIDA (a) (EBITDA) ajustado | 155.963 | 159.595 |

(a) LAJIDA: Lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização; e EBITDA: Earnings before interest, tax, depreciation and amortization (não é uma métrica contábil). (b) Refere-se a vendas de créditos tributários da esfera estadual que a Companhia realizou em 2024 no montante de R\$ 16.074; (c) Foi registrado durante o exercício de 2025 o montante de R\$ 1.057 referente a acordos com antigos controladores (R\$ 32.020 durante o exercício de 2024); (d) Refere-se à habilitação de créditos tributários federais no valor de R\$ 4.867 durante o exercício de 2025 (R\$ 1.065 durante o exercício de 2024); (e) Refere-se à alienação da participação societária da Cetrel S.A. no montante de R\$ 8.151 durante o exercício de 2025 (R\$ 4.532 referente a baixa da participação societária na Nolexum durante o exercício de 2024); (f) Durante o exercício de 2025 a Administração realizou teste do valor recuperável do ativo imobilizado identificando uma necessidade de estorno integral dos saldos históricos reconhecidos da unidade de Alcoois no montante de R\$ 18.963 e constituição na unidade de Maleico no montante de R\$ 9.650.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 7.562 | 165.217 | 7.562 | 165.217 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 176.912 | 134.956 | 176.912 | 134.956 |
| Contas a receber – Partes relacionadas | 6 | 6.218 | 9.454 | 6.218 | 9.454 |
| Estoques | 7 | 350.768 | 296.796 | 350.768 | 296.796 |
| Tributos a recuperar | 8 | 51.063 | 48.123 | 51.063 | 48.123 |
| Imposto de renda e contribuição social | 8 | 1.952 | 1.077 | 1.952 | 1.077 |
| Outros ativos | | 33.070 | 10.869 | 33.070 | 10.869 |
| Total do ativo circulante | | 627.545 | 666.492 | 627.545 | 666.492 |
| Não circulante | | | | | |
| Depósitos judiciais | 15 | 7.319 | 7.161 | 7.319 | 7.161 |
| Tributos a recuperar | 8 | 50.390 | 49.597 | 50.390 | 49.597 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 20 | 75.929 | 66.362 | 75.929 | 66.362 |
| Outros ativos | | 1.579 | 2.278 | 1.579 | 2.278 |
| Imobilizado | 9 | 325.104 | 311.649 | 325.104 | 311.649 |
| Intangível | 10 | 251.537 | 256.010 | 251.537 | 256.010 |
| Investimentos | 11 | - | 1.607 | - | 1.607 |
| Direito de uso | 14 | 13.186 | 2.589 | 13.186 | 2.589 |
| Total do ativo não circulante | | 725.044 | 697.253 | 725.044 | 697.253 |
| Total do ativo | | 1.352.589 | 1.363.745 | 1.352.589 | 1.363.745 |
| Passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido) | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 12 | 214.014 | 265.212 | 214.014 | 265.212 |
| Contas a pagar – Partes relacionadas | 6 | 91.359 | 201.836 | 91.359 | 201.836 |
| Mútuos – Partes relacionadas | 6 | - | 5.511 | - | 5.511 |
| Adiantamentos de clientes | | 1.905 | 502 | 1.905 | 502 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 13 | 203.869 | 104.204 | 203.869 | 104.204 |
| Instrumentos financeiros derivativos | | 545 | - | 545 | - |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 22.742 | 22.460 | 22.742 | 22.460 |
| Obrigações tributárias | | 2.363 | 3.566 | 2.363 | 3.566 |
| Passivo de arrendamento | 14 | 2.670 | 429 | 2.670 | 429 |
| Outros passivos | | 15.094 | 4.950 | 15.094 | 4.950 |
| Total do passivo circulante | | 554.561 | 608.670 | 554.561 | 608.670 |
| Não circulante | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 13 | 541.022 | 661.835 | 541.022 | 661.835 |
| Obrigações tributárias | | 5.015 | 6.117 | 5.015 | 6.117 |
| Mútuos – Partes relacionadas | 6 | 250.067 | 50.000 | 250.067 | 50.000 |
| Passivo de arrendamento | 14 | 11.094 | 2.205 | 11.094 | 2.205 |
| Provisões para contingências | 15 | 21.308 | 34.169 | 21.308 | 34.169 |
| Outros passivos | | 7.706 | 9.568 | 7.706 | 9.568 |
| Total do passivo não circulante | | 836.212 | 763.894 | 836.212 | 763.894 |
| Total do passivo | | 1.390.773 | 1.372.564 | 1.390.773 | 1.372.564 |
| Passivo a descoberto (patrimônio líquido) | | | | | |
| Capital social | 16 | 50.107 | 49.000 | 50.107 | 49.000 |
| Outros resultados abrangentes | | - | (2.546) | - | (2.546) |
| Prejuízos acumulados | | (88.291) | (55.273) | (88.291) | (55.273) |
| Total do passivo a descoberto (patrimônio líquido) | | (38.184) | (8.819) | (38.184) | (8.819) |
| Total do passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido) | | 1.352.589 | 1.363.745 | 1.352.589 | 1.363.745 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) | Nota | Reservas de capital | | Outros resultados abrangentes | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--|------|---------------------|--------------------|-------------------------------|----------------------|-----------------------------|
| | | Capital social | Incentivos fiscais | | | |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | 49.000 | - | (2.842) | (32.763) | 13.395 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (22.510) | (22.510) |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | 449 | - | 449 |
| Ajuste a valor justo | | - | - | (153) | - | (153) |
| Tributos diferidos sobre valor justo | | - | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | 49.000 | - | (2.546) | (55.273) | (8.819) |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | 49.000 | - | (2.546) | (55.273) | (8.819) |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (31.911) | (31.911) |
| Constituição de reserva de incentivos fiscais | | - | 1.107 | - | (1.107) | - |
| Aumento de Capital Social (a) | | 1.107 | (1.107) | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | 3.857 | - | 3.857 |
| Ajuste a valor justo | | - | - | (1.311) | - | (1.311) |
| Tributos diferidos sobre valor justo | | - | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | 50.107 | - | - | (88.291) | (38.184) |
| (a) Decorrente de recursos do reinvestimento do ano calendário de 2022, registrados na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, conforme comprovação da regularidade de aplicação dos recursos liberados para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, originados do benefício fiscal de "redução de reinvestimento" de 30% do IRPJ devido. | | | | | | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. | | | | | | |
| Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) | | | | | | |
| | | | | | | |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | | |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | (42.789) | (23.082) | (42.789) | (23.082) | |
| Ajustes para reconciliação do resultado: | | | | | | |
| Provisões de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos | 19 | 128.961 | 105.135 | 128.961 | 105.135 | |
| Provisões (receitas) de juros sobre mútuos | 19 | 14.583 | 5.484 | 14.583 | 5.484 | |
| Provisões para contingências | 18 | (6.178) | (2.802) | (6.178) | (2.802) | |
| Depreciação e amortização | 18 | 57.102 | 60.639 | 57.102 | 60.639 | |
| Baixas (reversões) de ativo imobilizado/intangível | 9/10 | 973 | 45 | 973 | 3.041 | |
| Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado e intangível | 10 | (9.285) | - | (9.285) | - | |
| Variação cambial líquidas, não realizadas | 19 | 7.796 | (9.762) | 7.796 | (9.762) | |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | 18 | (1.392) | (1.250) | (1.392) | (1.760) | |
| Perda por redução ao valor recuperável dos estoques | 18 | (3.284) | 3.770 | (3.284) | 3.770 | |
| Provisão para PLR e Bônus | | 7.129 | 9.608 | 7.129 | 9.608 | |
| Perda (ganho) com derivativos | | 1.377 | - | 1.377 | - | |
| Outros ajustes para reconciliação do resultado | | (4.204) | 14.523 | (4.204) | 10.447 | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | - | 220 | - | 789 | |
| 150.789 | | 162.528 | 150.789 | 160.718 | | |
| Variações de ativos e passivos: | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | (33.301) | (7.281) | (33.301) | (6.771) | |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 3.236 | 28 | 3.236 | 28 | |
| Estoques | | (50.688) | (88.401) | (50.688) | (88.401) | |
| Tributos a recuperar | | (4.608) | 11.822 | (4.608) | 13.176 | |
| Outros ativos | | (21.502) | (2.340) | (21.502) | (2.472) | |
| Depósitos judiciais | | (158) | 2.698 | (158) | 2.698 | |
| Fornecedores | | (53.263) | 83.903 | (53.263) | 83.902 | |
| Contas a pagar – Partes relacionadas | | (110.477) | 189.713 | (110.477) | 189.713 | |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | (6.847) | 825 | (6.847) | 825 | |
| Obrigações tributárias | | (2.305) | 4.572 | (2.305) | 4.570 | |
| Outros passivos | | 8.763 | (14.309) | 8.763 | (14.297) | |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações | | (120.361) | 343.758 | (120.361) | 343.689 | |
| Juros pagos | 13 | (123.532) | (100.557) | (123.532) | (100.557) | |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | | (243.894) | 243.201 | (243.894) | 243.132 | |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento: | | | | | | |
| Aquisições de imobilizado e intangível | 9/10 | (61.374) | (54.263) | (61.374) | (54.262) | |
| Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários | | - | 2.873 | - | 2.873 | |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | | (61.374) | (51.390) | (61.374) | (51.389) | |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento: | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures – Captações | 13 | 150.000 | - | 150.000 | - | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures – Amortizações | 13 | (179.399) | (123.750) | (179.399) | (123.750) | |
| Instrumentos Financeiros Derivativos – Amortizações | | (833) | - | (833) | - | |
| Arrendamento mercantil – Amortizações | 14 | (2.156) | (215) | (2.156) | (215) | |
| Mútuos com partes relacionadas – Captações | 6 | 180.000 | 50.027 | 180.000 | 50.027 | |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | | 147.612 | (73.398) | 147.612 | (73.938) | |
| Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa | | (157.655) | 117.873 | (157.655) | 117.805 | |
| Caixa e equivalente de caixa no início do período | | 165.217 | 47.344 | 165.217 | 47.412 | |
| Caixa e equivalente de caixa no final do período | | 7.562 | 165.217 | 7.562 | 165.217 | |
| Aumento líquido (redução) no caixa e equivalente de caixa | | (157.655) | 117.873 | (157.655) | 117.805 | |
| Transações que não impactam o caixa: | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | | 1.311 | 420 | 1.311 | 420 | |
| Aumento de capital | | 1.107 | - | 1.107 | - | |
| Outros resultados abrangentes | | - | 450 | - | 450 | |
| Novos contratos e renovações de arrendamento mercantil | | 12.780 | 2.682 | 12.780 | 2.682 | |
| (a) As normas contábeis requerem que fluxos de caixa de juros e dividendos recebidos e pagos sejam | | | | | | |

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia: A Elekeiroz S.A. ("Elekeiroz" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado desde 1 de julho de 2020, quando deixou de ter ações de sua emissão listadas para negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou qualquer outro mercado organizado, com sede na cidade de Várzea Paulista, estado de São Paulo, na rua Doutor Edgardo de Azevedo Soares nº 392, Jardim Paulista. A Companhia tem como principais atividades: industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como, a participação em outras sociedades. Os produtos fabricados pela Companhia são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente, construção civil, vestuário, automotivo, alimentício, entre outros. A Companhia dispõe de unidades administrativas e industriais apresentadas a seguir:

| Unidade | Tipo | Cidade | Estado | Atividade |
|----------------------------------|--------|-----------------|-----------|----------------|
| Várzea Paulista | Matriz | Várzea Paulista | São Paulo | Industrial |
| Lapa | Filial | São Paulo | São Paulo | Administrativo |
| Camaçari (João Ursulo - Alcoois) | Filial | Camaçari | Bahia | Industrial |
| Camaçari (Rua Hidrogênio - PGE) | Filial | Camaçari | Bahia | Industrial |

A Companhia é controlada pela Dofra Participações Ltda. e pertence ao Grupo Oswaldo Cruz Química ("Grupo OCQ"), uma das maiores plataformas de impulsionamento de Companhias do setor químico da América Latina. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** **2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as normas e pronunciamentos contábeis do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS - Accounting Standards"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 30 de janeiro de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia preparou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas partindo do pressuposto de continuidade operacional. **Divulgações voluntárias:** A Companhia optou por realizar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a divulgação de determinadas informações de forma voluntária com finalidade de aumentar o grau de comparabilidade e melhor tomada de decisão de seus usuários internos e externos. A seguir são apresentadas as divulgações voluntárias contidas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Demonstração do Valor Adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.2 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ("Grupo"). O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direções existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exercício ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa da mesma Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ativo) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Base de consolidação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem: **Controladas diretas:**

| Razão social | Principal atividade | País-sede | % de participação | |
|----------------------------------|---|-----------|-------------------|------------|
| | | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Nexoleum Biode-riativos S.A. (a) | Industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral. | Brasil | - | - |

(a) Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou "Contrato de Compra e Venda de Ações" no qual realizou cessão de 100% das ações detidas na investida Nexoleum para parte relacionada do Grupo. Maiores detalhes estão apresentados em nota explicativa nº 11 - Investimentos. **Controladora da Companhia:** A Dofra Participações Ltda. é a controladora do Grupo OCQ, sediada no Brasil e possui capital 100% pertencente a pessoas físicas residentes no Brasil. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre Companhias da Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas Companhias, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. **2.3 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis:** (a) **Transações e saldos em moeda estrangeira:** Transações e saldos em moeda estrangeira são convertidos para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado como receitas ou despesas financeiras. (b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.5 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais e juros, quando aplicável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment"). **2.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado móvel. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, custo de obra direta, outros custos diretos e indiretos relacionados com a produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As políticas contábeis de provisão para perdas, giro lento e garantia relacionadas aos saldos de estoques estão divulgadas na Nota explicativa nº 3 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. **2.7 Outros ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos, ajustados a valor presente quando pertinente. Depósitos judiciais referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas e estão mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, elas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais. **2.8 Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo

utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil estimada dos bens é revisada anualmente e, se necessário, ajustada. As médias estimadas dos itens do imobilizado por categoria estão demonstradas abaixo para os exercícios de 2025 e 2024:

| | Depreciação em anos |
|--|--------------------------|
| Construções | 25 |
| Equipamentos e instalações | 3 a 20 (em média 5) (**) |
| Equipamentos de processamento de dados | 5 |
| Móveis e utensílios | 10 |
| Veículos / Caminhões | 5-15 |
| Terrenos (**) | Não depreciados (**) |
| Aeronaves | 10 |

(*) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, com as taxas médias entre 5% a 20% ao ano. (**) Exceto pela depreciação da mais-valia contida em terrenos contabilizados na aquisição da Elekeiroz S.A. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, caso seja apropriado. **2.9 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida na demonstração do resultado do exercício. A seguir é apresentado quadro em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contendo a taxa de amortização aplicada nos ativos intangíveis de vida útil definida:

| Grupo do ativo intangível | Amortização em anos |
|---|---------------------|
| Softwares adquiridos de terceiros | 5 |
| Direitos de exclusividade de patente | 6 |
| Desenvolvimentos internos de tecnologia da informação | 3 |
| Marcas registradas e licenças | 21 |
| Relacionamento com clientes | 5 |
| Acordo de não solicitação | 5 |

2.10 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Grupo como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direitos de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova renemuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

| | Depreciação em anos |
|----------------------|---------------------|
| Veículos / Caminhões | 5 |

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota explicativa nº 2.11 - Redução ao valor recuperável (*impairment*). **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo preço presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Taxa de desconto:** A Companhia identifica e adota a taxa incremental para cada contrato de arrendamento. Para os novos contratos, renovações e aditamentos serão mantidos os critérios. A taxa real incremental utilizada para os cálculos é apresentada a seguir:

| Taxa incremental (%) | |
|---------------------------|-------|
| Em 31 de dezembro de 2025 | 16,03 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 14,27 |

Grupo como arrendador: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não realizou transações em que foi classificado como arrendador. **2.11 Redução ao valor recuperável (*impairment*):** (c) **Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Ativos de contrato. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; e • Existir um indicativo objetivo que o crédito não será recuperado antes dos 90 dias. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos da Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber), baseados na matriz de risco. Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 3 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou • Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. (d) **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ativo de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do

ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes e o pagamento por devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **Risco sacado:** A Companhia realiza aquisições de matérias-primas e outros insumos em condições comerciais usuais de mercado, que podem incluir a possibilidade de antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores junto a instituições financeiras. Tais operações, conhecidas como risco sacado, são oferecidas pelos próprios fornecedores a todos os seus clientes e visam proporcionar flexibilidade financeira a esses fornecedores, sem alteração das condições pactuadas com a Companhia. Essas operações não modificam prazos, valores ou demais condições originalmente estabelecidas nos contratos de fornecimento, e não envolvem qualquer obrigação adicional da Companhia perante as instituições financeiras. Dessa forma, os respectivos saldos permanecem classificados no passivo como "Fornecedores", refletindo a natureza operacional das transações. Os pagamentos são realizados nos prazos e condições originalmente acordados que eram de 120 dias em 31 de dezembro de 2025 (90 dias em 31 de dezembro de 2024). Assim, essas operações não são caracterizadas como instrumentos de dívida ou financiamentos da Companhia. Maiores detalhes dos saldos em aberto das operações de risco sacado estão descritos na Nota explicativa nº 12 - Fornecedores. **2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira são registrados de acordo com a política contábil mencionada na Nota explicativa nº 2.3 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. **2.14 Benefícios a empregados: (e) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (f) **Plano de previdência privada (aplicável somente a Elekeiroz S.A.):** A Elekeiroz S.A. oferece a todos os seus empregados um plano de previdência privada do tipo de contribuição definida e como tal, são pagas contribuições fixas a uma Entidade separada (função de pensão), não tendo a Elekeiroz S.A. nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. As contribuições são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas e cessam após o término do vínculo empregatício do funcionário com a Elekeiroz S.A. O plano na modalidade de contribuição definida é oferecido aos colaboradores da Elekeiroz S.A., que prevê: • Participação dos funcionários com percentuais definidos entre 1% até 10% sobre seu salário base; e • Contribuição da Elekeiroz S.A. em montante equivalente a 100% do aportado pelo colaborador. Em 31 de dezembro de 2025 o resultado dessas contribuições totalizou o montante de R\$ 1.131 (R\$ 1.202 em 31 de dezembro 2024). (g) **Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos sócios da Companhia após certos ajustes, vinculadas também ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados no início do exercício. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação formalizada (*constructive obligation*). (h) **Outros benefícios:** Existe ainda a concessão de outros benefícios que envolvem seguro de vida e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após o término do vínculo empregatício com a Companhia. **2.15 Provisões para contingências:** As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gastos e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Instrumentos financeiros: (a) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (b) **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de caixa, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio de venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso das Companhias a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento de Ativos Financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: 1) Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou 2) A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Tais instrumentos derivativos não se qualificam para a "contabilidade de hedge". As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, no resultado financeiro. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém contratos com finalidade de proteção cambial de seus empréstimos e financiamentos, bem como, proteção para importações de matérias primas. As Companhias não realizam negociações de instrumentos financeiros derivativos com finalidade especulativa. Maiores detalhes dos montantes reconhecidos no resultado do exercício dessas transações estão descritos em Nota explicativa nº 19 – Resultado financeiro, líquido.

2.17 Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Companhia é representado por ações classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor negociado, líquido de impostos. **b) Reserva de lucros a realizar:** Reservas de lucro a realizar correspondem aos valores referentes ao lucro líquido, acumulado, que ainda não foram distribuídos pela Companhia e que, após a distribuição, serão divididos entre os sócios. **c) Resultado por ação: Resultado básico e diluído por ação:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. O cálculo do resultado por ação está apresentado em Nota explicativa nº 16 – Patrimônio líquido.

2.18 Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções e dos cancelamentos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. **a) Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para casos de vendas com retirada pelo cliente a receita é reconhecida quando o cliente retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda em que a entrega é realizada pela Companhia, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. **c) Demais receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **d) Custo de obtenção de contratos - Comissões sobre vendas:** A Companhia efetua pagamentos de comissões sobre vendas a parceiros comerciais e colaboradores de forma mensal com base nas vendas efetivamente realizadas. Em 31 de dezembro de 2025 foi realizada provisão do montante real apurado para pagamento no exercício subsequente de competência do mês de dezembro de 2025. **2.19 Tributos: Tributos sobre vendas:** As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente. Também estão sujeitas à tributação pelo IPI de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul ("NCM") e podem variar de 0% a 15%, conforme produto. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício. **Tributos sobre o lucro:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia é beneficiária de redução parcial do imposto de renda sobre os resultados operacionais na Companhia Elekeiroz S.A., da sua base produtiva de Camaçari – Bahia no percentual de 75% em 31 de dezembro de 2024, maiores detalhes estão apresentados em Nota explicativa nº 2.20 – Subvenções governamentais / Benefícios fiscais. As demais Companhias e unidades produtivas da Companhia não possuem benefícios de redução parcial de tributos sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação e (ii) não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (iii) não dá origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ativo não alocado derivado de expectativa de rentabilidade futura. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alienações que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alienações que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios previstos na norma contábil forem atendidos. **2.20 Subvenções governamentais / Benefícios fiscais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **Benefício fiscal - SUDENE:** O Governo Federal, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), criou o programa de desenvolvimento regional do nordeste do Brasil cujo objetivo é a redução da desigualdade social no país. A Elekeiroz S.A. possui atividade industrial no Estado da Bahia e opta pelo benefício de redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, visto que, apresentou projetos de modernização e ampliação de seus empreendimentos nesta localidade. Em 22 de dezembro de 2023, através do laudo constitutivo nº 0412/2023, foi renovado o benefício fiscal da SUDENE da planta de gases ("PGE") com vencimento para 31 de dezembro de 2032. Em 23 de abril de 2024, através do laudo constitutivo nº 26/2024, foi renovado o benefício fiscal da SUDENE da planta de álcoois João Ursulo

Elekeiroz S.A.

com vencimento para 31 de dezembro de 2033. **Benefício fiscal - Desenvolve:** O Governo do Estado da Bahia, através da Lei nº 7.980/2001 e Decreto nº 8.205/2022 oferecem o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("Desenvolve") que tem por finalidade complementar e diversificar a matriz industrial do Estado da Bahia, através de, desoneração do imposto estadual (ICMS) na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado em hipóteses previstas na referida lei e decreto. Este benefício fiscal é válido até 31 de março de 2028 na planta de gases e prazo indeterminado na planta de álcoois e plastificantes da Companhia Elekeiroz S.A. **Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") - Investimentos e matéria-prima:** O REIQ Investimentos é uma modalidade do Regime Especial da Indústria Química instituída e regulamentada no âmbito do Decreto nº 11.668, de 24 de agosto de 2023, que tem como objetivo incentivar a realização de novos investimentos produtivos no setor químico nacional. O regime concede às empresas habilitadas benefícios fiscais relacionados ao PIS e COFINS, na forma de créditos ou redução de alíquotas, condicionados à execução de projetos de expansão, modernização ou implantação de unidades industriais, bem como ao cumprimento de contrapartidas estabelecidas na regulamentação, incluindo manutenção de empregos, segurança operacional e compromissos ambientais. Dessa forma, o REIQ investimentos configura um incentivo governamental, com efeitos diretos sobre a carga tributária, os custos operacionais e os resultados econômico-financeiros das indústrias químicas beneficiadas e o REIQ matéria-prima impacta diretamente a apuração dos tributos sobre a produção, os custos industriais e as margens operacionais das companhias beneficiadas, sendo relevante para a adequada compreensão dos efeitos fiscais e econômicos refletidos nas demonstrações financeiras. A Companhia aderiu ao referido benefício totalizando o montante R\$ 9.880 em créditos (R\$ 8.868 em 31 de dezembro de 2024). **2.21 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado no mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado no mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.22 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Moeda não conversível em outra moeda (Alterações ao CPC 02 (IAS 21)):** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Administração da Companhia não identificou impactos referentes a este pronunciamento. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicações do Método de Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e a Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação a norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Administração da Companhia não identificou impactos referentes a este pronunciamento. **2.23 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaís específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotaís de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas não entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.24 Reestruturação societária e combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input*-entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas

circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **Cessão de ações da Nexoleum com transferência de controle:** Em 2 de agosto de 2024, a Companhia assinou "Contrato de Compra e Venda de Ações" de sua investida direta Nexoleum Bioderivados S.A. ("Nexoleum") para cessão da totalidade das 3.074.250 (três milhões e setenta, quatro mil e duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, que corresponde a 100% de participação no capital da Nexoleum por Ibra Holding S.R.L., parte relacionada pertencente ao Grupo OCO. Com a consequente transação, a Companhia reconhece na data da venda a baixa do investimento no montante de R\$ 2.159 e do ágio de R\$ 2.373, totalizando o montante de R\$ 4.532 reconhecido na demonstração do resultado do exercício na rubrica de "outras receitas (despesas), líquidas". A transação anteriormente mencionada teve anuidade dos debenturistas da Companhia aprovada em Assembleia Geral dos Debenturistas de 2 de agosto de 2024 e deve por motivo a simplificação da estrutura societária do Grupo em que a Companhia pertence. **2.25 Eventos após o período do relatório:** Se a Companhia receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, a Companhia não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas está em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e está de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As estimativas são elaboradas assumindo-se a continuidade dos negócios e definidas com base nas informações disponíveis. **Julgamentos:** No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Grupo como arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia não identificou cenários em que fosse necessário exercer julgamento de opção de renovação nos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: Mudanças nos fatos e nas circunstâncias podem fazer com que as estimativas sejam revistas e os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e estão apresentadas a seguir: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação; • Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de crédito e volatilidade; • Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"): A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos eventuais em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada da carteira de clientes; • Provisões para contingências: São reconhecidas provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais; • Provisões para perdas e giro lento dos estoques: As perdas de produtos com margem negativa, ferramental, problemas de qualidade reconhecidas em estoques são relativas a perdas esperadas do processo produtivo, classificadas como redutoras dos estoques. Para o giro lento, é realizado cálculo ponderado baseado no vencimento dos itens de estoque e efetiva utilização das matérias primas ou produtos acabados; e • Provisão para garantia: É baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos. A Companhia garante a seus clientes a qualidade de seus produtos, assumindo a responsabilidade por eventuais substituições e reparos decorrentes de defeitos apresentados. Calculada sobre a venda de produtos, tendo como base os percentuais históricos de gastos e para os casos já identificados em que a Companhia estima depender recursos na substituição e reparo de produtos, a Companhia reconhece a mencionada provisão no passivo. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Caixa e bancos | 507 | 90 | 507 | 90 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 7.055 | 165.127 | 7.055 | 165.127 |
| | 7.562 | 165.217 | 7.562 | 165.217 |

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários, mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os investimentos possuem taxas de juros de 70% a 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (70% a 102,5% em 31 de dezembro de 2024). As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de "Receitas financeiras". Maiores detalhes estão evidenciados em Nota explicativa nº 19 – Resultado financeiro. **5. Contas a receber de clientes:** A seguir é apresentada a composição das contas a receber:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Clientes nacionais | 156.637 | 138.859 | 156.637 | 138.859 |
| Clientes estrangeiros | 25.879 | 3.093 | 25.879 | 3.093 |
| (-) Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") | (5.604) | (6.996) | (5.604) | (6.996) |
| Total circulante | 176.912 | 134.956 | 176.912 | 134.956 |

A Companhia ofereceu como garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures duplicatas a receber. Maiores informações estão descritas em Nota explicativa nº 13 – Empréstimos, financiamentos e debêntures. As políticas de crédito estão descritas em Nota Explicativa nº 21 – Gestão de risco financeiro, na seção de risco de crédito. A seguir, é apresentada abertura por faixa de vencimento da carteira de clientes bruta e movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"):

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| A vencer | 168.407 | 131.430 | 168.407 | 131.430 |
| Vencidos até 30 dias | 5.620 | 1.729 | 5.620 | 1.729 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 375 | 901 | 375 | 901 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 139 | 597 | 139 | 597 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 1.175 | 491 | 1.175 | 491 |
| Vencidos de 181 a 360 dias | 699 | 2.261 | 699 | 2.261 |
| Superior a 361 dias | 6.101 | 4.543 | 6.101 | 4.543 |
| Total das contas a receber - Valor bruto | 182.516 | 141.952 | 182.516 | 141.952 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo inicial | 6.996 | 27.386 | 6.996 | 27.896 |
| (-) Baixa efetiva de títulos | - | (22.150) | - | (22.150) |
| (+) Constituição de provisão | 2.650 | 5.610 | 2.650 | 5.610 |
| (-) Reversão de provisão | (4.042) | (3.850) | (4.042) | (3.850) |
| Saldo final | 5.604 | 6.996 | 5.604 | 6.996 |

A Administração considera que os valores registrados a título de PECLD são suficientes para 31 de dezembro de 2025 e 2024. **6. Partes relacionadas:** As entidades apresentadas nos quadros a seguir são consideradas partes relacionadas, uma vez que, pertencem ou possuem participação significativa dos sócios controladores da Elekeiroz. **Balanco patrimonial:** Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como partes relacionadas no balanço patrimonial:

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Contas a receber - Partes relacionadas | | |
| Nacional | | |
| A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda. | 420 | 885 |
| AVCO Polímeros do Brasil SA | 656 | - |
| Brisco do Brasil Indústria e Comércio Ltda. | 451 | 304 |
| Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. | - | 89 |
| Revochemical Indústria e Comércio e Produtos Químicos Ltda | 2.079 | - |
| Vertha Química Importação e Exportação Ltda. | 2.612 | 7.631 |
| Outras partes relacionadas | - | 545 |
| Total das contas a receber - Partes relacionadas | 6.218 | 9.454 |

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



| Elekeiroz S.A. | | | | | | | | | | | |
|--|----------------|-----------------------|----------------|----------------|--------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Controladora e Consolidado | | Valor líquido em 2024 | | Adições | | Transferências | | Depreciação | | Impairment | |
| 31/12/2025 | 31/12/2024 | em 2024 | em 2023 | em 2024 | em 2023 | em 2024 | em 2023 | em 2024 | em 2023 | em 2024 | em 2023 |
| Fornecedores – Partes relacionadas | | | | | | | | | | | |
| Nacional | | | | | | | | | | | |
| BR Resinas e Indústria Química Ltda | 1.166 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| O&M do Brasil Distribuição e Importação Ltda. | 1.864 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. | 66.193 | 119.291 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Vetta Química Importação e Exportação Ltda. | 21.522 | 82.545 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Outras partes relacionadas | 615 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Total das contas a pagar – Partes relacionadas | 91.359 | 201.836 | 311.649 | 61.218 | (956) | (65.891) | 19.085 | 325.104 | 201.836 | 311.649 | 61.218 |
| Mútuos – Partes relacionadas | | | | | | | | | | | |
| A pagar | | | | | | | | | | | |
| Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. | 170.609 | 22.204 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Vetta Química Importação e Exportação Ltda. | 79.458 | 33.307 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total dos mútuos – Partes relacionadas | 250.067 | 55.511 | 250.067 | 55.511 | - | - | - | - | 250.067 | 55.511 | 55.511 |
| Demonstração do resultado do exercício: A seguir são apresentadas as transações ocorridas nos exercícios de 2025 e 2024: | | | | | | | | | | | |
| Controladora e Consolidado | | Valor líquido em 2024 | | Adições | | Transferências | | Depreciação | | Impairment | |
| 31/12/2025 | 31/12/2024 | em 2024 | em 2023 | em 2024 | em 2023 | em 2024 | em 2023 | em 2024 | em 2023 | em 2024 | em 2023 |
| Vendas de produtos | | | | | | | | | | | |
| Nacional | | | | | | | | | | | |
| AVCO Polímeros do Brasil SA | 656 | 545 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Brisco do Brasil Indústria e Comércio Ltda. | 451 | 304 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| A&S Technologies Indústria e Comércio Ltda. | 420 | 885 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. | - | 89 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Revochemia Indústria e Comércio e Produtos Químicos Ltda. | 2.079 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Vetta Química Importação e Exportação Ltda. | 2.612 | 7.631 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Total Nacional | 6.218 | 9.454 | 6.218 | 9.454 | - | - | - | - | 6.218 | 9.454 | 9.454 |
| Total das vendas no exercício | | | | | | | | | | | |
| Os produtos são vendidos com base na tabela de preços em vigor nas datas das transações e em termos que estariam disponíveis para terceiros. | | | | | | | | | | | |
| Compra de produtos | | | | | | | | | | | |
| Nacional | | | | | | | | | | | |
| Oswaldo Cruz Química Indústria e Comércio Ltda. | 49.807 | 119.291 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Vetta Química Importação e Exportação Ltda. | 21.522 | 82.545 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| O&M do Brasil Distribuição e Importação Ltda. | 1.864 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| BR Resinas e Indústria Química Ltda | 1.166 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total Nacional | 74.359 | 201.836 | 74.359 | 201.836 | - | - | - | - | 74.359 | 201.836 | 201.836 |
| Total das compras no exercício | | | | | | | | | | | |
| Os produtos são adquiridos com base em termos e condições comerciais normais de mercado. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o pessoal-chave da Administração foi diretamente remunerado via outras empresas do mesmo grupo econômico ao qual a Companhia pertence. 7. Estoques: Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como estoques: | | | | | | | | | | | |
| Controladora e Consolidado | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | |
| 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Matéria-prima | | | | | | | | | | | |
| Produtos acabados | 123.641 | 128.104 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Almoxarifado geral | 18.185 | 16.657 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Embalagens | 1.770 | 1.395 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Estoque em trânsito | 25 | 12.721 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Estoque em poder de terceiros | 55.719 | 59.059 | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| (-) Perdas por redução ao valor recuperável dos estoques (a) | (1.376) | (4.659) | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Total | 350.768 | 296.796 | 350.768 | 296.796 | - | - | - | - | 350.768 | 296.796 | 296.796 |
| A seguir é apresentada a movimentação da perda por redução ao valor recuperável dos estoques que engloba perdas e obsolescência: | | | | | | | | | | | |
| Controladora e Consolidado | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | |
| 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo inicial | | | | | | | | | | | |
| (+) Constituição de provisão | 1.376 | 4.659 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Reversão de provisão | (4.659) | (6.822) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo final | 1.376 | 4.659 | 1.376 | 4.659 | - | - | - | - | 1.376 | 4.659 | 4.659 |
| 8. Tributos a recuperar / Imposto de renda e contribuição social a compensar: Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados abaixo, representam os montantes contabilizados como tributos a recuperar: | | | | | | | | | | | |
| Controladora e Consolidado | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | |
| 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| IRPJ e CSLL | | | | | | | | | | | |
| ICMS (i) | 21.991 | 13.347 | 21.991 | 13.347 | - | - | - | - | - | - | - |
| Exclusão do ICMS na BC do PIS/COFINS (ii) | 54.967 | 58.555 | 54.967 | 58.555 | - | - | - | - | - | - | - |
| PIS e COFINS | 12.735 | 12.851 | 12.735 | 12.851 | - | - | - | - | - | - | - |
| Precatórios a recuperar | 8.027 | 8.027 | 8.027 | 8.027 | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros tributos a recuperar | 3.733 | 4.940 | 3.733 | 4.940 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 101.453 | 98.797 | 101.453 | 98.797 | - | - | - | - | 101.453 | 98.797 | 98.797 |
| Circulante | | | | | | | | | | | |
| Não circulante | 51.063 | 49.200 | 51.063 | 49.200 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 51.063 | 49.200 | 51.063 | 49.200 | - | - | - | - | 51.063 | 49.200 | 49.200 |
| (i) Refere-se a créditos de ICMS de operações de compra e venda usuais do negócio da Companhia (matriz e demais filiais), incluindo ICMS sobre a compra de ativo imobilizado. A Administração efetuou revisão de seu plano de negócios durante o exercício de 2025 para melhor utilização dos créditos nos próximos exercícios, de forma a compensar os saldos existentes; e (ii) Historicamente foi realizado o reconhecimento de crédito tributário decorrente do processo judicial, em que a Companhia atua como parte autor sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia vem atualizando e recuperando esse saldo mensalmente e a movimentação do exercício é apresentada a seguir: | | | | | | | | | | | |
| Controladora e Consolidado | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | |
| 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo inicial | | | | | | | | | | | |
| (+/-) Combinação de negócios | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (+) Atualização monetária | 699 | 882 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Compensações | (4.287) | (19.530) | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo final | 54.967 | 58.555 | 54.967 | 58.555 | - | - | - | - | 54.967 | 58.555 | 58.555 |
| 9. Imobilizado: A seguir são apresentadas os saldos de imobilizado: | | | | | | | | | | | |
| Controladora e Consolidado | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | | Valor residual | | Custo histórico | |
| 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Máquinas e equipamentos | | | | | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 2.357 | 299 | 2.357 | 299 | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos de laboratório | 782 | 4 | 782 | 4 | - | - | - | - | - | - | - |
| Aeronaves | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos/Caminhões | 2.176 | 3.430 | 2.176 | 3.430 | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos de informática | 1.422 | 1.043 | 1.422 | 1.043 | - | - | - | - | - | - | - |
| Terrenos (a) | 29.960 | - | 29.960 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Construções | 26.639 | 499 | 26.639 | 499 | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefetórias/Itens a imobilizar | 29.926 | 32.508 | 29.926 | 32.508 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 318.264 | 53.230 | 318.264 | 53.230 | - | - | - | - | 318.264 | 53.230 | 53.230 |
| Máquinas e equipamentos | | | | | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 2.357 | 299 | 2.357 | 299 | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos de laboratório | 782 | 4 | 782 | 4 | - | - | - | - | - | - | - |
| Aeronaves | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos/Caminhões | 2.176 | 3.430 | 2.176 | 3.430 | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos de informática | 1.422 | 1.043 | 1.422 | 1.043 | - | - | - | - | - | - | - |
| Terrenos (a) | 29.960 | - | 29.960 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Construções | 26.639 | 499 | 26.639 | 499 | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefetórias/Itens a imobilizar | 29.926 | 32.508 | 29.926 | 32.508 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 318.264 | 53.230 | 318.264 | 53.230 | - | - | - | - | 318.264 | 53.230 | 53.230 |
| Máquinas e equipamentos | | | | | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 2.357 | 299 | 2.357 | 299 | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos de laboratório | 782 | 4 | 782 | 4 | - | - | - | - | - | - | - |
| Aeronaves | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos/Caminhões | 2.176 | 3.430 | 2.176 | 3.430 | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos de informática | 1.422 | 1.043 | 1.422 | 1.043 | - | - | - | - | - | - | - |
| Terrenos (a) | 29.960 | - | 29.960 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Construções | 26.639 | 499 | 26.639 | 499 | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefetórias/Itens a imobilizar | 29.926 | 32.508 | 29.926 | 32.508 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 318.264 | 53.230 | 318.264 | 53.230 | - | - | - | - | 318.264 | 53.230 | 53.230 |
| Máquinas e equipamentos | | | | | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 2.357 | 299 | 2.357 | 299 | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos de laboratório | 782 | 4 | 782 | 4 | - | - | - | - | - | - | - |
| Aeronaves | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Veículos/Caminhões | 2.176 | 3.430 | 2.176 | 3.430 | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamentos de informática | 1.422 | 1.043 | 1.422 | 1.043 | - | - | - | - | - | - | - |
| Terrenos (a) | 29.960 | - | 29.960 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Construções | 26.639 | 499 | 26.639 | 499 | - | - | - | - | - | - | - |
| Benefetórias/Itens a imobilizar | 29.926 | 32.508 | 29.926 | 32.508 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 318.264 | 53.230 | 318.264 | 53.230 | - | - | - | - | 318.264 | 53.230 | 53.230 |

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

operação possui garantias de fianças, alienação fiduciária e cessão fiduciária de empresas e acionistas/sócios do grupo econômico ao qual a Companhia pertence. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram descumpridas cláusulas contratuais que necessitassem que as garantias fossem acionadas. **Custos de transação:** Os custos de transação estão sendo apresentados nestas demonstrações financeiras na rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures" em conta redutora do passivo da dívida das debêntures. A amortização é reconhecida de forma linear ao tempo de contrato das debêntures, na rubrica de "despesas financeiras". **14. Direito de uso e Passivo de arrendamento:** A Companhia arrenda imóveis, veículos e equipamentos, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até cinco anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado, conforme índices contratuais. A Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia, que são os arrendamentos de curto prazo (igual ou inferior a 12 meses) sem opção de compra. Os passivos de arrendamento reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção. O direito de uso é composto conforme quadro abaixo: **Controladora e consolidado**

| Direito de uso | | Máquinas e equipamentos | Edifícios e terrenos | Veículos | Total |
|----------------------------------|------|-------------------------|----------------------|----------|---------|
| Em 31 de dezembro de 2023 | | 110 | - | - | 110 |
| (+) Adições | - | - | - | 2.682 | 2.682 |
| (-) Baixas | - | - | - | - | - |
| (-) Amortizações | (69) | - | - | (134) | (203) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | 41 | - | - | 2.589 |
| (+) Adições | - | - | 12.780 | - | 12.780 |
| (-) Baixas | - | - | - | - | - |
| (-) Amortizações | (41) | - | (1.605) | (537) | (2.183) |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | - | 11.175 | 2.011 | 13.186 |

Circulante - 13.186
Não circulante - -
A seguir é apresentada a movimentação do passivo de arrendamento:

| Controladora e Consolidado | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|--|------------|------------|
| Em 31 de dezembro de 2023 | | 107 | - |
| (+) Novos contratos de arrendamento e remensurações | | 2.682 | - |
| (+) Provisão de juros | | 60 | - |
| (-) Amortizações | | (215) | - |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | 2.634 | - |
| (+) Novos contratos de arrendamento e remensurações | | 2.634 | - |
| (+) Provisão de juros | | 326 | - |
| (-) Amortizações | | (2.156) | - |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | 13.764 | - |

O quadro a seguir apresenta o escalonamento dos saldos:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Valor nominal do passivo de arrendamento | 14.353 | 3.558 |
| 2026 | 2.899 | 739 |
| 2027 | 2.899 | 739 |
| 2028 | 2.899 | 739 |
| 2029 em diante | 5.656 | 1.341 |
| Ajustado a valor presente | (589) | (924) |
| 2026 | (249) | (262) |
| 2027 | (194) | (194) |
| 2028 | (110) | (110) |
| 2029 em diante | (36) | (358) |
| Passivo de arrendamento, líquido | 13.764 | 2.634 |
| Circulante | 2.670 | 429 |
| Não circulante | 11.094 | 2.205 |

Como divulgação espontânea, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal. A tabela a seguir ilustra esta projeção: **Consolidado**

| | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 em diante |
|--|-------|-------|-------|----------------|
| Fluxo de desembolso sem ajuste a valor presente | 2.899 | 2.899 | 2.899 | 5.656 |
| cenário com inflação | 146 | 126 | 116 | 226 |
| Taxa de inflação considerada - Fonte Copom | 5,04% | 4,33% | 4,00% | 4,00% |

15. Provisões para contingências: A Companhia é parte envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e tributários. A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos jurídicos classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados. A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos de contingências, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir: **15.1 Processos com risco de perda provável:** A Companhia responde por processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e outras evidências, constituiu provisão para aquelas demandas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. Está apresentado a seguir quadro sumário das contingências prováveis:

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Processos com risco de perda provável | | |
| Cíveis | - | 304 |
| Trabalhistas | 4.880 | 9.084 |
| Tributários | 16.428 | 24.781 |
| | 21.308 | 34.169 |

Está apresentado a seguir a movimentação das contingências prováveis:

| | Controladora e consolidado | |
|--|----------------------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 33.384 | 8.703 |
| (+) Remensuração de processos | (108) | 893 |
| (+) Novos processos | - | 1.731 |
| (-) Reversões | (2.710) | (2.243) |
| (-) Pagamentos | - | (1.363) |
| (-) Amortização de passivo contingente | (5.785) | - |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 24.781 | 9.084 |

15.2 Processos com risco de perda possível: Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia e que são individualmente não relevantes, podem ser assim resumidos:

| Controladora e Consolidado | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|--|------------|------------|
| Processos com risco de perda possível | | | |
| Cíveis | | 6.816 | 4.905 |
| Trabalhistas (a) | | 24.121 | 26.897 |
| Tributários (b) | | 95.473 | 87.966 |
| | | 126.410 | 119.768 |

a) Englobam processos trabalhistas de natureza relacionadas a horas extras, verbas adicionais, indenizações, verbas rescisórias e outras; e b) Englobam disputas judiciais pulverizadas diversas como: disputas tributárias das esferas municipal, estadual e federal, impostos sobre propriedades e contribuições previdenciárias. **15.3 Depósitos judiciais:** Os valores depositados judicialmente pela Companhia correspondem a instrumentos legais que buscam garantir o pagamento de obrigações financeiras dentro de processos judiciais. Os valores a seguir estão apresentados por natureza:

| Controladora e Consolidado | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------------------------------|--|------------|------------|
| Contingências trabalhistas | | 2.880 | 2.722 |
| Contingências tributárias | | 4.439 | 4.439 |
| | | 7.319 | 7.161 |

15.4 Ativos contingentes: A Companhia está discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber. Estes processos são classificados, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, segundo suas possibilidades de ganho como provável, possível ou remoto. Como se trata de ativos contingentes, os valores a seguir não estão registrados nas demonstrações financeiras. O quadro a seguir apresenta os principais processos ativos da Companhia considerados como sendo de expectativa de ganho provável:

| Controladora e Consolidado | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|--|------------|------------|
| Tributários | | 53.348 | 64.652 |
| SELLIC - Não incidência de IRPJ/CSLL (repetição indébito) | | 50.185 | 44.640 |
| ICMS - Repetição do crédito acumulado de Igarassú | | - | 7.593 |
| Outros tributários - Valores inferiores a R\$ 10 milhões | | 3.163 | 11.543 |

Elekeiroz S.A.

| Controladora e Consolidado | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|--|------------|------------|
| Cíveis | | 2.462 | 2.412 |
| Recuperação judicial | | 200 | 194 |
| Outros cíveis - Valores inferiores a R\$ 10 milhões | | 2.262 | 2.218 |
| | | 55.810 | 67.064 |

16. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto): (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R\$ 50.107 (R\$ 49.000 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 31.192.316 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,61 (um real e sessenta e um centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado. A composição das ações é apresentada a seguir:

| Controladora e Consolidado | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|----------------------------|--|------------|------------|
| Doira Participações Ltda. | | 50.107 | 49.000 |
| | | 50.107 | 49.000 |

(a) Aumento de capital devido a incorporação do saldo de Reserva e Incentivos Fiscais, conforme movimentação demonstrada da Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido. (b) **Remuneração dos sócios:** Distribuição de lucros é proporcional aos investimentos feitos pelos sócios, baseado nos resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram deliberados e pagos dividendos. **Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre capital próprio são um tipo de provento pago pela Companhia aos seus sócios como alternativa a distribuição de lucros. Considerado como um benefício, devido a Companhia estar enquadrada no lucro real, a Administração pratica o previsto no artigo 355 do Decreto 9.580/18 do Regulamento do Imposto de Renda. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram deliberados e pagos juros sobre o capital próprio. (c) **Resultado por ação: Resultado básico e diluído por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos cotistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui potencial instrumento diluidor nos exercícios acima, desta forma o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

| Controladora e Consolidado | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|--|------------|------------|
| Prejuízo atribuído aos acionistas | | (31.911) | (22.510) |
| Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada | | 31.192 | 31.192 |
| Resultado básico e diluído por ação - Em reais | | (1,02) | (0,72) |

17 Receita operacional líquida: A conciliação entre a receita bruta de vendas e serviços e a receita líquida de serviços é apresentada a seguir, por segmento de negócio:

| Controladora e consolidado | | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------------------------------|--|------------|------------|
| Receita bruta de vendas | | 2.371.234 | 2.191.287 |
| (-) Devoluções e cancelamentos | | (47.840) | (9.624) |
| (-) Impostos sobre vendas | | (431.249) | (410.426) |
| (-) Impostos sobre serviços | | - | (12) |
| | | 1.892.145 | 1.771.225 |

18 Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das suas despesas e custos com base em sua função. Abaixo segue a conciliação para a apresentação de acordo com sua natureza:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Custos dos produtos vendidos | (1.672.660) | (1.545.876) | (1.672.660) | (1.545.888) |
| Matérias-primas e materiais de consumo | (1.493.766) | (1.364.338) | (1.493.766) | (1.364.338) |
| Gastos com pessoal | (82.955) | (74.131) | (82.955) | (74.142) |
| Serviços de terceiros | (7.399) | (8.884) | (7.399) | (8.884) |
| Depreciação e amortização | (39.999) | (44.426) | (39.999) | (44.426) |
| Operação e manutenção | (37.429) | (37.566) | (37.429) | (37.566) |
| Aluguéis | (1.610) | (1.010) | (1.610) | (1.010) |
| Descarte de resíduos | (2.377) | (1.919) | (2.377) | (1.919) |
| Gastos com importação/exportação | (8.983) | (9.485) | (8.983) | (9.485) |
| Perda por redução ao valor recuperável de estoques | 3.284 | (3.770) | 3.284 | (8.250) |
| Outros custos | (1.426) | (347) | (1.426) | (348) |
| Despesas gerais e administrativas, comerciais e outras | (97.236) | (145.497) | (97.236) | (145.793) |
| Gastos com pessoal | (29.247) | (28.508) | (29.247) | (28.508) |
| Gastos comerciais | (13.033) | (7.703) | (13.033) | (7.703) |
| Serviços de terceiros | (14.818) | (15.128) | (14.818) | (15.170) |
| Depreciação e amortização | (5.123) | (4.233) | (5.123) | (4.233) |
| Amortização de mais valia | (11.980) | (11.980) | (11.980) | (11.980) |
| Fretes e carretos | (42.853) | (44.260) | (42.853) | (44.260) |
| Aluguéis | (953) | (277) | (953) | (277) |
| Provisões para contingências | 6.178 | 2.694 | 6.178 | 2.694 |
| Operação e manutenção | (1.299) | (862) | (1.299) | (862) |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 1.392 | (1.760) | 1.392 | 1.105 |
| Benefício fiscal - REIO (a) | 9.880 | 8.868 | 9.880 | 8.868 |
| Benefício fiscal - Desenvolve (b) | 5.591 | 5.561 | 5.591 | 5.561 |
| Alienação de precatórios e reversões (c) | - | 17.258 | - | 17.258 |
| Provisão impairment (Maleico) (d) | 9.650 | - | 9.650 | - |
| Reversão impairment (Alcoois) (d) | (18.963) | - | (18.963) | - |
| Outras receitas (despesas), líquidas (e) | 8.342 | (65.267) | 8.342 | (66.031) |
| Total | (1.769.896) | (1.691.373) | (1.769.896) | (1.691.681) |

(a) A Companhia aderiu em 2024 ao Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") que prevê créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de determinadas matérias-primas; (b) Maiores detalhes dos benefícios estão descritos em Nota explicativa nº 2.20 - Subvenções governamentais / Benefícios fiscais; e (c) Referem-se principalmente a vendas de créditos tributários da esfera estadual que a Elekeiroz realizou em 2024 no montante de R\$ 16.074 e outras alienações; (d) Durante o exercício de 2025 a Administração realizou teste do valor recuperável do ativo imobilizado identificando uma necessidade de estorno integral dos saldos históricos reconhecidos da unidade de Alcoois no montante de R\$ 18.963 e constituição na unidade de Maleico no montante de R\$ 9.650. Maiores detalhes estão descritos em Nota explicativa nº 9 - Imobilizado; e (e) Foram registrados em 2024 como principais acontecimentos na Elekeiroz na rubrica de outras receitas os montantes de R\$ 32.020 referentes a acordos com antigos controladores e R\$ 1.065 de habilitação de créditos tributários federais. Também foi reconhecida despesa no montante de R\$ 4.532 referente a baixa da participação societária na Nexoleum. Foram reconhecidos em 2025 na rubrica de outras receitas os montantes de R\$ 1.057 referentes a acordos com antigos controladores e R\$ 4.867 de habilitação de créditos tributários federais. Também foi reconhecida receita referente a alienação na participação societária da Cetrel S.A. no montante de R\$ 8.151. **19 Resultado financeiro líquido:**

| Controladora | | Consolidado | |
|---|------------|-------------|------------|
| 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receita financeira | 10.266 | 16.380 | 10.266 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 5.203 | 10.709 | 5.203 |
| Descontos obtidos | 1.161 | 362 | 1.161 |
| Atualização monetária ativa | 3.062 | 4.675 | 3.062 |
| Juros de contas a receber | 307 | 186 | 307 |
| Outras receitas financeiras | 533 | 448 | 533 |
| Despesa financeira | (167.507) | (128.856) | (167.507) |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos | (143.544) | (110.619) | (143.544) |
| Custos de transação de empréstimos, financiamentos e debêntures | (3.148) | (3.018) | (3.148) |
| Cessão de crédito de clientes | (12.995) | (11.417) | (12.995) |
| Descontos concedidos | (99) | (7) | (99) |
| Atualização monetária passiva | (3.567) | (577) | (3.567) |
| Despesas bancárias | (1.891) | (1.898) | (1.891) |
| Perdas com derivativos | (1.377) | - | (1.377) |
| Outras despesas financeiras | (886) | (1.320) | (886) |
| Varição cambial | (7.797) | 9.762 | (7.797) |
| Varição cambial ativa | 3.389 | 14.848 | 3.389 |

Em 31 de dezembro de 2025

| Passivos financeiros não derivativos | | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | Inferior a um ano | 01 a 02 anos | 02 a 05 anos |
|--|--|----------------|---------------------------|-------------------|--------------|--------------|
| Fornecedores | | 214.014 | 214.014 | 214.014 | - | - |
| Contas a pagar - Partes relacionadas | | 91.359 | 91.359 | 91.359 | - | - |
| Mútuos - Partes relacionadas | | 250.067 | 528.417 | 51.140 | 42.206 | 435.071 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | 744.891 | 1.066.784 | 300.344 | 207.771 | 558.669 |
| Passivo de arrendamento | | 13.764 | 2.899 | 2.899 | - | 8.555 |
| Outros passivos | | 22.800 | 22.800 | - | - | - |
| | | 1.336.895 | 1.937.727 | 659.756 | 252.876 | 1.002.295 |

Em 31 de dezembro de 2024

| Passivos financeiros não derivativos | | Valor contábil | Fluxo de caixa contratual | Inferior a um ano | 01 a 02 anos | 02 a 05 anos |
|--|--|----------------|---------------------------|-------------------|--------------|--------------|
| Fornecedores | | 265.212 | 265.212 | 265.212 | - | - |
| Contas a pagar - Partes relacionadas | | 201.836 | 201.836 | 201.836 | - | - |
| Mútuos - Partes relacionadas | | 55.511 | 104.291 | 5.511 | 93.269 | 5.511 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | 766.039 | 1.114.976 | 194.881 | 204.031 | 716.064 |
| Passivo de arrendamento | | 2.634 | 3.558 | 786 | 739 | 2.033 |
| Outros passivos | | 14.518 | 14.518 | 4.976 | 9.541 | - |
| | | 1.305.750 | 1.704.391 | 673.202 | 219.822 | 811.366 |

III) Risco de mercado O Risco de Mercado é dividido em Risco Cambial, Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo. a) **Risco cambial** As transações de recebimentos e pagamentos realizadas em moeda estrangeira não são materiais, assim a exposição a este risco de forma direita é minimizada. A Companhia possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira e que estão apresentados

| Elekeiroz S.A. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|------------------------|--|-------------------|---|--|--------------------|---------------------------|--------------------|-------------------------------|----------------|------------------------|--|---------------|---|------------------------------------|------------------------|----------------|------------|-------------|-------------|----------------|--------------------------------|-------------|------------|----------|-------------------|----------------|-------------------------------------|-------------------|--------------------|------------------------|---------------|----------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|--------------------|------------------------------|------------|------------|-------|------------|-----------------------------------|------------------------------|------------------|------------|-------|------------|----------------------|---------------------|-------------|------------|-------------------------|-----------|--|-----------------|------------|------------|------------------------------|------------------|-------------------------|---------------------------------------|------------|------------|----------|-----------|--------------------------------|---------------------------------------|------------|------------|-----------|-----------|---------------------------------|--|------------------|------------|-------------|-----------|-------|-------|---|---|--|-----|-----------|-----------|-----------|-----------|---------------|------------------|---|--------|--------|--------|--------|---|---|-------------|--|-----------|-------------|-------------|-------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|---|--|--|----------|-----------|-----------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Consolidado | | | | | 31 de dezembro de 2025 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Operação | Variável de risco | Valor contábil | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) | Indexador | Cenário I Provável | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Clientes estrangeiros | Dólar americano (US\$) | 25.879 | 28.031 | 34.992 | 42.047 | CDI | 12,15% | 15,19% | 18,22% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Totalizador | | 25.879 | 28.031 | 34.992 | 42.047 | SELIC | 12,25% | 15,31% | 18,37% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | 2.152 | 9.113 | 16.168 | IPCA | 4,06% | 5,07% | 6,09% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | IGPM | 3,95% | 4,94% | 5,92% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para cada exercício. As datas bases utilizadas foram de 31 de dezembro de 2025, projetando os índices até o próximo exercício e verificando a sensibilidade destes em cada cenário no exercício atual. b) Risco de preço dos produtos e insumos: A Companhia enfrenta concorrência de produtores brasileiros e internacionais e os preços para a maioria dos seus produtos são fixados com base nos mercados internacionais. O acirramento dessa concorrência, bem como os desequilíbrios entre oferta e demanda, pode obrigar a Companhia a baixar preços, prejudicando os resultados. c) Classificação dos instrumentos financeiros e determinação do valor justo: A administração considera que ativos e passivos financeiros apresentam valor contábil próximo ao valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Características das operações</th> <th>Saldo acumulado</th> <th colspan="2">Variação do valor justo reconhecido no resultado financeiro no exercício de 2025</th> <th>Ativo (Passivo) em 31 de dezembro de 2025</th> </tr> <tr> <th>Modalidade/ Instituição financeira</th> <th>Exposição do principal</th> <th>Valor contábil</th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SWAP ABC</td> <td>REAL PRÉ X CDI</td> <td>21.061</td> <td>21.333</td> <td>(272)</td> <td>(272)</td> </tr> <tr> <td>SWAP ABC</td> <td>REAL PRÉ X CDI</td> <td>21.061</td> <td>21.333</td> <td>(272)</td> <td>(272)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">c) Risco de taxa de juros:</td> <td>42.122</td> <td>42.666</td> <td>(545)</td> <td>(545)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Ativos financeiros</td> <td>7.055</td> <td>165.127</td> <td>7.055</td> <td>165.127</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Títulos e valores mobiliários (i)</td> <td>7.055</td> <td>165.127</td> <td>7.055</td> <td>165.127</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Passivos financeiros</td> <td>(1.008.722)</td> <td>(824.184)</td> <td>(1.008.722)</td> <td>(824.184)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Emprestimos, financiamentos e debêntures</td> <td>(744.891)</td> <td>(766.039)</td> <td>(744.891)</td> <td>(766.039)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Passivo de arrendamento</td> <td>(13.764)</td> <td>(2.634)</td> <td>(13.764)</td> <td>(2.634)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Mútuos com partes relacionadas</td> <td>(250.067)</td> <td>(55.511)</td> <td>(250.067)</td> <td>(55.511)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Risco de taxa de juros, líquido</td> <td>(1.001.667)</td> <td>(659.057)</td> <td>(1.001.667)</td> <td>(659.057)</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | Características das operações | | Saldo acumulado | Variação do valor justo reconhecido no resultado financeiro no exercício de 2025 | | Ativo (Passivo) em 31 de dezembro de 2025 | Modalidade/ Instituição financeira | Exposição do principal | Valor contábil | 31/12/2025 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | SWAP ABC | REAL PRÉ X CDI | 21.061 | 21.333 | (272) | (272) | SWAP ABC | REAL PRÉ X CDI | 21.061 | 21.333 | (272) | (272) | c) Risco de taxa de juros: | | 42.122 | 42.666 | (545) | (545) | Ativos financeiros | | 7.055 | 165.127 | 7.055 | 165.127 | Títulos e valores mobiliários (i) | | 7.055 | 165.127 | 7.055 | 165.127 | Passivos financeiros | | (1.008.722) | (824.184) | (1.008.722) | (824.184) | Emprestimos, financiamentos e debêntures | | (744.891) | (766.039) | (744.891) | (766.039) | Passivo de arrendamento | | (13.764) | (2.634) | (13.764) | (2.634) | Mútuos com partes relacionadas | | (250.067) | (55.511) | (250.067) | (55.511) | Risco de taxa de juros, líquido | | (1.001.667) | (659.057) | (1.001.667) | (659.057) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Características das operações | | Saldo acumulado | Variação do valor justo reconhecido no resultado financeiro no exercício de 2025 | | Ativo (Passivo) em 31 de dezembro de 2025 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Modalidade/ Instituição financeira | Exposição do principal | Valor contábil | 31/12/2025 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SWAP ABC | REAL PRÉ X CDI | 21.061 | 21.333 | (272) | (272) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SWAP ABC | REAL PRÉ X CDI | 21.061 | 21.333 | (272) | (272) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| c) Risco de taxa de juros: | | 42.122 | 42.666 | (545) | (545) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativos financeiros | | 7.055 | 165.127 | 7.055 | 165.127 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários (i) | | 7.055 | 165.127 | 7.055 | 165.127 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Passivos financeiros | | (1.008.722) | (824.184) | (1.008.722) | (824.184) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Emprestimos, financiamentos e debêntures | | (744.891) | (766.039) | (744.891) | (766.039) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Passivo de arrendamento | | (13.764) | (2.634) | (13.764) | (2.634) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mútuos com partes relacionadas | | (250.067) | (55.511) | (250.067) | (55.511) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Risco de taxa de juros, líquido | | (1.001.667) | (659.057) | (1.001.667) | (659.057) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Controladora e Consolidado</th> <th colspan="2">Instrumento financeiro</th> <th colspan="2">Classificação</th> <th colspan="2">Hierarquia do valor justo</th> <th colspan="2">Valor contábil</th> <th colspan="2">Valor justo</th> <th colspan="2">Valor contábil</th> <th colspan="2">Valor justo</th> </tr> <tr> <th>Operação</th> <th>Variável de risco</th> <th>Valor contábil</th> <th>Cenário I (provável)</th> <th>Cenário II (+25%)</th> <th>Cenário III (+50%)</th> <th>Instrumento financeiro</th> <th>Classificação</th> <th>Hierarquia do valor justo</th> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e equivalente de caixa</td> <td>CDI</td> <td>7.055</td> <td>7.912</td> <td>8.126</td> <td>8.341</td> <td>Caixa e equivalente de caixa</td> <td>Custo amortizado</td> <td>-</td> <td>7.562</td> <td>7.562</td> <td>165.217</td> <td>165.217</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Passivo de arrendamento</td> <td>IGPM</td> <td>(13.764)</td> <td>(14.308)</td> <td>(14.144)</td> <td>(14.580)</td> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>Custo amortizado</td> <td>-</td> <td>176.912</td> <td>176.912</td> <td>134.956</td> <td>134.956</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Mútuos - Partes relacionadas</td> <td>SELIC</td> <td>(250.067)</td> <td>(280.700)</td> <td>(288.359)</td> <td>(296.017)</td> <td>Contas a receber - Partes relacionadas</td> <td>Custo amortizado</td> <td>-</td> <td>6.218</td> <td>6.218</td> <td>9.454</td> <td>9.454</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Emprestimos, financiamentos e debêntures</td> <td>CDI</td> <td>(685.999)</td> <td>(769.348)</td> <td>(790.185)</td> <td>(811.022)</td> <td>Outros ativos</td> <td>Custo amortizado</td> <td>-</td> <td>34.649</td> <td>34.649</td> <td>13.147</td> <td>13.147</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Totalizador</td> <td></td> <td>(942.775)</td> <td>(1.056.444)</td> <td>(1.084.861)</td> <td>(1.113.278)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Impacto no resultado antes dos impostos</td> <td></td> <td></td> <td>(13.669)</td> <td>(142.086)</td> <td>(170.503)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | | Controladora e Consolidado | | Instrumento financeiro | | Classificação | | Hierarquia do valor justo | | Valor contábil | | Valor justo | | Valor contábil | | Valor justo | | Operação | Variável de risco | Valor contábil | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) | Instrumento financeiro | Classificação | Hierarquia do valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Caixa e equivalente de caixa | CDI | 7.055 | 7.912 | 8.126 | 8.341 | Caixa e equivalente de caixa | Custo amortizado | - | 7.562 | 7.562 | 165.217 | 165.217 | - | - | Passivo de arrendamento | IGPM | (13.764) | (14.308) | (14.144) | (14.580) | Contas a receber de clientes | Custo amortizado | - | 176.912 | 176.912 | 134.956 | 134.956 | - | - | Mútuos - Partes relacionadas | SELIC | (250.067) | (280.700) | (288.359) | (296.017) | Contas a receber - Partes relacionadas | Custo amortizado | - | 6.218 | 6.218 | 9.454 | 9.454 | - | - | Emprestimos, financiamentos e debêntures | CDI | (685.999) | (769.348) | (790.185) | (811.022) | Outros ativos | Custo amortizado | - | 34.649 | 34.649 | 13.147 | 13.147 | - | - | Totalizador | | (942.775) | (1.056.444) | (1.084.861) | (1.113.278) | | | | | | | | | | Impacto no resultado antes dos impostos | | | (13.669) | (142.086) | (170.503) | | | | | | | | | |
| Controladora e Consolidado | | Instrumento financeiro | | Classificação | | Hierarquia do valor justo | | Valor contábil | | Valor justo | | Valor contábil | | Valor justo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Operação | Variável de risco | Valor contábil | Cenário I (provável) | Cenário II (+25%) | Cenário III (+50%) | Instrumento financeiro | Classificação | Hierarquia do valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | CDI | 7.055 | 7.912 | 8.126 | 8.341 | Caixa e equivalente de caixa | Custo amortizado | - | 7.562 | 7.562 | 165.217 | 165.217 | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Passivo de arrendamento | IGPM | (13.764) | (14.308) | (14.144) | (14.580) | Contas a receber de clientes | Custo amortizado | - | 176.912 | 176.912 | 134.956 | 134.956 | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mútuos - Partes relacionadas | SELIC | (250.067) | (280.700) | (288.359) | (296.017) | Contas a receber - Partes relacionadas | Custo amortizado | - | 6.218 | 6.218 | 9.454 | 9.454 | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Emprestimos, financiamentos e debêntures | CDI | (685.999) | (769.348) | (790.185) | (811.022) | Outros ativos | Custo amortizado | - | 34.649 | 34.649 | 13.147 | 13.147 | - | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Totalizador | | (942.775) | (1.056.444) | (1.084.861) | (1.113.278) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Impacto no resultado antes dos impostos | | | (13.669) | (142.086) | (170.503) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>Aos acionistas da Elekeiroz S.A., Guarulhos - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elekeiroz S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elekeiroz S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de Receita: Veja as Notas 2.18 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principais assuntos de auditoria: A Companhia reconhece suas receitas quando a obrigação de desempenho é satisfeita e possui evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Considerando o volume de transações envolvidas e logística de entrega aos clientes, pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas dos produtos e o período efetivo da transferência do controle dos produtos vendidos aos clientes da Companhia. O eventual reconhecimento de receita fora de seu período correto de competência, decorrente de produtos faturados mas não entregues até 31 de dezembro de 2025, foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida antes da transferência dos riscos e benefícios para a contraparte e do cumprimento da obrigação de desempenho. Como auditoria endereçou esse assunto: Entendemos dos fluxos e processos de vendas, testes do desenho e implementação do controle de reconhecimento de receita em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia transfere o controle dos produtos vendidos para os clientes, notadamente no período de corte; Em base amostral, realizamos inspeção de notas fiscais e confrontamos com os respectivos comprovantes de entrega assinados pelos clientes como evidência dos critérios adotados pela Companhia para a determinação do momento adequado em que o controle é transferido e a receita reconhecida de acordo com a documentação suporte, bem como confrontamos os controles preparados pela Companhia com os registros contábeis no fechamento do exercício. • Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 31 de janeiro de 2026</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th>Empresa</th> <th>Modalidade</th> <th>Início</th> <th>Término</th> <th>Moeda</th> <th>Limites máximos de indenização</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Riscos operacionais</td> <td>19/09/2025</td> <td>19/09/2026</td> <td>BRL</td> <td>178.000.000</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Responsabilidade civil ("D&O")</td> <td>19/09/2025</td> <td>19/09/2026</td> <td>BRL</td> <td>70.000.000</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Responsabilidade civil de terceiros</td> <td>19/12/2025</td> <td>19/12/2026</td> <td>BRL</td> <td>15.000.000</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Veículos</td> <td>05/02/2025</td> <td>05/02/2026</td> <td>BRL</td> <td>2.500.000</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Veículos pesados</td> <td>13/11/2025</td> <td>13/11/2026</td> <td>BRL</td> <td>20.000.000</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Garantia judicial</td> <td>02/10/2018</td> <td>05/12/2030</td> <td>BRL</td> <td>38.907.314</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Garantia financeira</td> <td>01/01/2026</td> <td>31/01/2027</td> <td>BRL</td> <td>3.135.513</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Riscos diversos</td> <td>17/06/2025</td> <td>17/06/2026</td> <td>BRL</td> <td>775.216</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Transporte internacional - Importação</td> <td>31/07/2025</td> <td>31/07/2026</td> <td>USD</td> <td>4.000.000</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Transporte internacional - Exportação</td> <td>31/07/2025</td> <td>31/07/2026</td> <td>USD</td> <td>4.000.000</td> </tr> <tr> <td>Elekeiroz</td> <td>Crédito (exportação)</td> <td>31/12/2024</td> <td>31/12/2026</td> <td>USD</td> <td>753.000</td> </tr> </tbody> </table> <p>23 Eventos subsequentes: Até a data de aprovação de emissão destas demonstrações financeiras, não existiram eventos subsequentes a serem divulgados.</p> <p>Diretoria: Francisco Fortunato, Marcos Fortunato e Ricardo Craveiro Massari Contador: Humberto Carlos de Souza - CRC 1SP 254.405-0</p> | | | | | | | | | | Empresa | Modalidade | Início | Término | Moeda | Limites máximos de indenização | Elekeiroz | Riscos operacionais | 19/09/2025 | 19/09/2026 | BRL | 178.000.000 | Elekeiroz | Responsabilidade civil ("D&O") | 19/09/2025 | 19/09/2026 | BRL | 70.000.000 | Elekeiroz | Responsabilidade civil de terceiros | 19/12/2025 | 19/12/2026 | BRL | 15.000.000 | Elekeiroz | Veículos | 05/02/2025 | 05/02/2026 | BRL | 2.500.000 | Elekeiroz | Veículos pesados | 13/11/2025 | 13/11/2026 | BRL | 20.000.000 | Elekeiroz | Garantia judicial | 02/10/2018 | 05/12/2030 | BRL | 38.907.314 | Elekeiroz | Garantia financeira | 01/01/2026 | 31/01/2027 | BRL | 3.135.513 | Elekeiroz | Riscos diversos | 17/06/2025 | 17/06/2026 | BRL | 775.216 | Elekeiroz | Transporte internacional - Importação | 31/07/2025 | 31/07/2026 | USD | 4.000.000 | Elekeiroz | Transporte internacional - Exportação | 31/07/2025 | 31/07/2026 | USD | 4.000.000 | Elekeiroz | Crédito (exportação) | 31/12/2024 | 31/12/2026 | USD | 753.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Empresa | Modalidade | Início | Término | Moeda | Limites máximos de indenização | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Riscos operacionais | 19/09/2025 | 19/09/2026 | BRL | 178.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Responsabilidade civil ("D&O") | 19/09/2025 | 19/09/2026 | BRL | 70.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Responsabilidade civil de terceiros | 19/12/2025 | 19/12/2026 | BRL | 15.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Veículos | 05/02/2025 | 05/02/2026 | BRL | 2.500.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Veículos pesados | 13/11/2025 | 13/11/2026 | BRL | 20.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Garantia judicial | 02/10/2018 | 05/12/2030 | BRL | 38.907.314 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Garantia financeira | 01/01/2026 | 31/01/2027 | BRL | 3.135.513 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Riscos diversos | 17/06/2025 | 17/06/2026 | BRL | 775.216 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Transporte internacional - Importação | 31/07/2025 | 31/07/2026 | USD | 4.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Transporte internacional - Exportação | 31/07/2025 | 31/07/2026 | USD | 4.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Elekeiroz | Crédito (exportação) | 31/12/2024 | 31/12/2026 | USD | 753.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

